

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Polarizar é comigo, tá ok?

As citações que o presidente Jair Bolsonaro fez ao ex-presidente Lula e ao PT, na sua última live de 2021, foram lidas como uma tentativa de retomar para si o duelo eleitoral com o petista. É que, em dezembro, a avaliação do governo é de que Lula polarizou mais com o ex-juiz Sergio Moro do que com Bolsonaro.

Por falar em Moro

Bolsonaro, ao lembrar que a Petrobras recuperou R\$ 6 bilhões — diz ele, desviados no governo do PT —, tenta, ainda, recuperar o discurso do combate à corrupção, uma bandeira que Moro já começou a carregar nesta campanha.

Frase cirúrgica

Ao dizer que em vez de investir em infraestrutura em outros países preferiria que Lula tivesse aplicado recursos no metrô de Belo Horizonte, o presidente faz, ainda, um aceno aos mineiros. Minas Gerais congrega o segundo maior eleitorado do país. A ideia do governo é conquistar esse pessoal desde já, antes que Rodrigo Pacheco entre em campo.

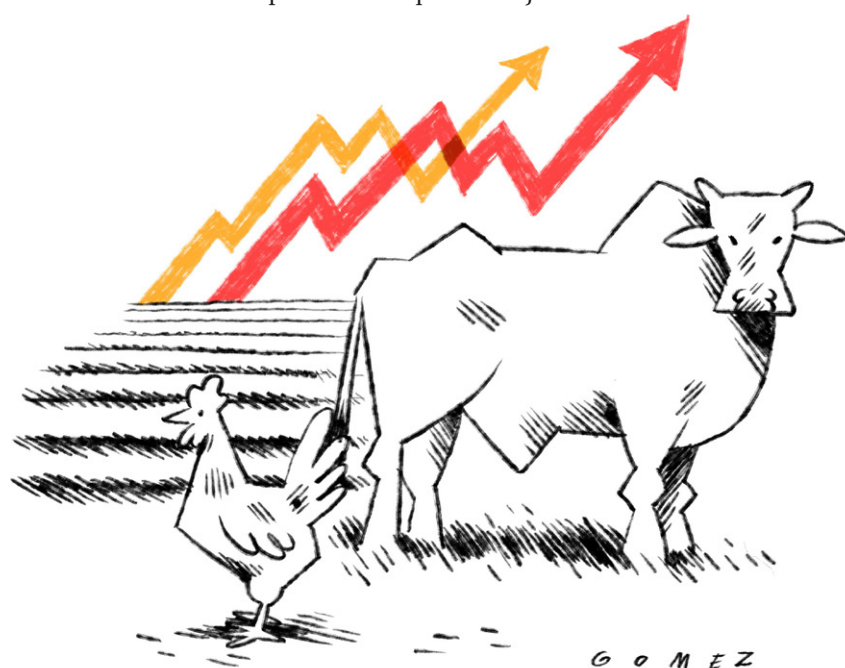
Veja bem

O PT já fez as contas e considera meio arriscado fechar uma federação com o PCdoB. É que os comunistas têm muitos candidatos bons de voto e se lançarem, por exemplo, 27 postulantes filiados ao PCdoB, há o risco de o PT perder um deputado em cada estado.

A esperança vem do agro é com exigência de ESG

Do governo às startups e fintechs de crédito, a aposta para amenizar os problemas da economia está no setor agropecuário. Investidores e analistas financeiros são praticamente unânimes quando afirmam que foi o setor, um dos poucos que não parou em 2020, que ajudou a dar uma lufada de ar à economia em 2021 e continuará nessa toada. A Traive, por exemplo, uma fintech voltada para análise de risco de crédito e securitização nesse segmento, fecha 2021 com US\$ 17 milhões em rodada de negócios, um feito perante os US\$ 2,5 milhões de 2020.

Os investidores, porém, estão cada vez mais exigentes. Quem quiser captar recursos neste ano terá de se desdobrar em métricas de ESG (meio ambiente, social e governança). A tendência registrada nos Estados Unidos, por exemplo, é de que, em cinco anos, as empresas vão dobrar suas apostas nesses três temas, exatamente para atrair clientes. Essas ferramentas têm sido cada vez mais cobradas pelos grandes fundos. A avaliação geral é de que, quanto mais as empresas aplicam verbas em ESG, menos riscos apresentam a quem deseja investir.



CURTIDAS

Até no futebol! Além das andanças deste feriadão, o presidente Jair Bolsonaro vai à partida de futebol beneficente de Bruno, Marrone e Gustavo Lima na quarta-feira. Pretende, assim, contrastar com time de amigos de Chico Buarque, que, no passado, contou com a participação de Lula e já fez até jogo para pedir a libertação do presidente, em 2019.



De fazer inveja a muitos! O orçamento da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo chega a R\$ 1,2 bilhão, com R\$ 280 milhões de fomento à produção independente. Muitos projetos que o governo Bolsonaro dispensou estão recorrendo ao secretário Sérgio Sá, do governo João Doria (foto).

Por falar em Doria... A avaliação dos estrategistas do governador é de que ele tem tudo para ganhar fôlego quando conseguir apresentar ao país os resultados de seu governo, que está segurando a economia nacional. A situação nas pesquisas tem muito para melhorar.

Só tem um probleminha! Embora a chave eleitoral vire nesta segunda-feira, a visibilidade total dos candidatos chamará a atenção do eleitor quando começar a campanha oficial. O cidadão que está preocupado em pagar as contas só vai ficar atento ao pleito lá para agosto.

Dia Mundial da Paz! Aproveita que é só hoje. Com uma onda de greves despontando no horizonte, Copa do Mundo e eleição à frente, os períodos tranquilos serão escassos neste 2022.

PODER

Salário mínimo sem ganho real

MP que fixa o novo valor em R\$ 1.212 é publicada pelo DOU. Governo também dá aval à renegociação de dívidas de estudantes com o Fies

» TAÍSA MEDEIROS
» ROSANA HESSEL

EVARISTO SA / AFP



Pelo terceiro ano consecutivo, o salário mínimo fica sem ganho real. O novo valor, de R\$ 1.212, foi confirmado em medida provisória publicada, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*, e passa a vigorar hoje. Trata-se de uma correção da inflação estimada pelo governo para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que baliza os reajustes do **piso salarial**.

O novo valor é R\$ 112 maior do que os R\$ 1.100 pagos em 2021, o que representa alta de 10,18%, taxa prevista no relatório final do Orçamento de 2022 aprovado pelo Congresso. Na proposta original do Executivo, o valor era de R\$ 1.169. Contudo, essa correção deverá ficar abaixo da variação do INPC no ano. No acumulado em 12 meses até novembro, o índice registrou alta de 10,96%.

“Para preservar o poder de compra efetivo do salário mínimo, o valor de 2022 já inclui a diferença entre a variação do INPC ocorrida em dezembro de 2020 e a estimativa dessa variação considerada quando da fixação do salário mínimo no final do ano passado (resíduo)”, informou a nota do Ministério da Economia divulgada ontem.

A estimativa da pasta é de que, para cada R\$ 1 de correção no salário mínimo, as despesas com benefícios da Previdência Social, abono e seguro desemprego e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) cresçam cerca de R\$ 364,8 milhões neste ano. Com isso, o aumento dessas despesas por conta da correção atual será de R\$ 40,9 bilhões na comparação com 2021.

A publicação da MP já tinha sido anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na live de quinta-feira em redes sociais. Apesar de

entrar em vigor imediatamente, a medida ainda terá de ser aprovada pelo Congresso Nacional para não perder a validade.

Fies

Em outra medida provisória publicada no DOU, em edição extra de quinta-feira (30), o governo abriu espaço para os estudantes inadimplentes renegociarem as dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com abatimento de multas e juros.

Entre as mudanças trazidas no texto está o desconto de 92% da dívida para os estudantes que estão no Cadastro Único ou que

foram beneficiários do auxílio emergencial. Os demais estudantes também terão direito a abatimento de 86,5% do que resta em aberto.

O programa do Ministério da Educação é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos de instituições particulares. Desde 2015, os financiamentos contam com taxa de juros de 6,5% ao ano.

A MP prevê, ainda, o parcelamento dos encargos em até 150 meses, com redução de 100% dos juros e concessão de 12% de desconto sobre o saldo devedor para o estudante que quitar

integralmente a dívida.

As mudanças valem para alunos que tenham contratado empréstimo do Fies até o segundo semestre de 2017 e que apresentem débitos vencidos e não pagos há mais de um ano (completamente provisionados) ou há mais de 90 dias (parcialmente provisionados). A negociação dos pagamentos atrasados é feita por meio dos canais de atendimento da instituição bancária contratada.

A medida provisória também precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional quando o Legislativo voltar do recesso, a partir de fevereiro,

Saiba mais

Três anos de prejuízos

A última vez em que o salário mínimo teve ganho real foi no início de 2019, primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, quando ele assinou decreto atualizando o valor do piso de acordo com a política de valorização aprovada no governo Dilma Rousseff (PT). A regra de correção do piso salarial que vigorou de 2007 até 2019 incluía a taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

No governo de Bolsonaro, ganho real do mínimo ocorreu apenas em 2019

para não perder a validade.

A estimativa é de que mais da metade dos contratos do Fies está com atrasos nos pagamentos. A taxa de inadimplência voltou a subir neste ano devido às dificuldades enfrentadas pelos profissionais em se colocarem no mercado de trabalho.

O valor das dívidas em atraso passou de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 6,6 bilhões entre 2019 e 2021. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), há mais de 1 milhão de estudantes com atrasos superiores a 90 dias no pagamento das prestações do financiamento estudantil.